

Trabalho de Graduação  
Curso de Graduação em Geografia

JUVENILIZAÇÃO DA EJA: DESAFIO E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO DE RIO CLARO (SP)

Victoria Gabriela Theodoro Galvão

Prof(a). Dr(a). Diego Corrêa Maia (orientador)

Rio Claro (SP)

2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Câmpus de Rio Claro

VICTORIA GABRIELA THEODORO GALVÃO

Juvenilização da EJA: Desafio e Perspectivas no Contexto  
de Rio Claro (SP)

Trabalho de Graduação apresentado ao  
Instituto de Geociências e Ciências  
Exatas - Câmpus de Rio Claro, da  
Universidade Estadual Paulista Júlio de  
Mesquita Filho, para obtenção do grau de  
Bacharel e Licenciatura em Geografia.

Rio Claro - SP

2024

G182j

Galvão, Victoria Gabriela Theodoro

Juvenilização da EJA: desafio e perspectivas no contexto de Rio Claro (SP) / Victoria Gabriela Theodoro Galvão. -- Rio Claro, 2024  
35 p. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Geografia) -  
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e  
Ciências Exatas, Rio Claro

Orientador: Diego Corrêa Maia

1. Educação de jovens e adultos. 2. Juvenilização. 3. Educação. 4.  
Escolarização. 5. Rio Claro. I. Título.

VICTORIA GABRIELA THEODORO GALVÃO

## JUVENILIZAÇÃO DA EJA: DESAFIO E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO DE RIO CLARO (SP)

Trabalho de Graduação apresentado ao  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas -  
Câmpus de Rio Claro, da Universidade  
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para  
obtenção do grau de Bacharel e Licenciatura  
em Geografia.

Comissão Examinadora

Diego Corrêa Maia (orientador)

Leandro Faber Lopes

Nivea Massareto Lopes

Rio Claro, 19 de dezembro de 2024.

Assinatura da aluna

Documento assinado digitalmente  
 VICTORIA GABRIELA THEODORO GALVAO  
Data: 13/01/2025 15:04:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura da orientadora

Documento assinado digitalmente  
 DIEGO CORREA MAIA  
Data: 14/01/2025 10:22:11-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dedico esse trabalho a todas as pessoas  
pretas que vieram antes de mim.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização desse trabalho não seria possível sem a participação da minha família, em especial meus pais e minha irmã Amanda, que sempre me apoiaram e acreditaram em mim.

Agradeço também aos meus amigos que fiz durante todo esse tempo. Alexandra, Pamela e Maria Clara que desde do início me ajudaram de forma significativa. E a Inaê, que me orientou para a realização do trabalho.

Aos meus professores Diego Maia e Maria Bernadete, que me mostraram o caminho para seguir e acreditar que a educação é possível.

## RESUMO

A juvenilização da Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem se destacado como um desafio em âmbito nacional e no município de Rio Claro. Originalmente concebida para atender adultos que não tiveram acesso à escolarização na idade adequada, a EJA tem recebido um número crescente de adolescentes, em grande parte devido à exclusão do ensino regular e às desigualdades socioeconômicas. Esse fenômeno gera impactos significativos na dinâmica das salas de aula, que passam a lidar com perfis etários e culturais diversificados, exigindo adaptações pedagógicas e estruturais. Em Rio Claro, a situação reflete o cenário nacional, com a presença marcante de jovens que veem na EJA uma alternativa de inclusão educacional, muitas vezes pressionados por condições de trabalho e vulnerabilidade social. O fenômeno desafia políticas públicas a repensarem práticas escolares, assegurando que o ensino regular atenda adequadamente os jovens, reduzindo assim a evasão e a migração precoce para a EJA.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Escolarização; Juvenilização.

## **ABSTRACT**

The juvenilization of Youth and Adult Education (EJA) has emerged as a challenge both nationally and in the municipality of Rio Claro. Originally designed to serve adults who lacked access to education at the appropriate age, EJA has seen a growing influx of adolescents, largely due to exclusion from regular schooling and socioeconomic inequalities. This phenomenon significantly impacts classroom dynamics, which now deal with diverse age and cultural profiles, requiring pedagogical and structural adjustments. In Rio Claro, this situation mirrors the national context, with a notable presence of young people who view EJA as an alternative for educational inclusion, often driven by work conditions and social vulnerability. This phenomenon challenges public policies to rethink school practices, ensuring that regular education adequately serves young students, thereby reducing school dropout rates and the premature migration to EJA programs.

**Keywords:** Youth and Adult Education; Schooling; Juvenilization.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                   |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 – Evolução das Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) de 2018 a 2022: Queda no Nível Fundamental e Médio..... | 20 |
| Gráfico 2 – Distribuição de Matrículas na EJA por Faixa Etária e Sexo (2022).....                                                 | 21 |
| Gráfico 3 – Evolução das Matrículas na EJA e Ensino Profissionalizante (2018-2022).....                                           | 23 |
| Gráfico 4 – Distribuição das pessoas de 15 a 29 anos de idade, por condição de estudo e situação na ocupação (%).....             | 25 |
| Gráfico 5 – Evolução do número de escolas por rede de ensino - EJA - Rio Claro (2014/2023).....                                   | 28 |
| Gráfico 6 – Evolução da matrícula por rede de ensino - Educação de Jovens e Adultos - Rio Claro (2014/2023).....                  | 29 |

## **LISTA DE TABELAS**

|                                                                                                 |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, que frequentavam escola - Rio Claro (2010)..... | 29 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

## SUMÁRIO

|                                                                |    |
|----------------------------------------------------------------|----|
| 1. INTRODUÇÃO.....                                             | 10 |
| 2. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS NA HISTÓRIA DA EJA NO BRASIL..... | 11 |
| 3. JUVENTUDE.....                                              | 16 |
| 3.1. Juventude na Educação de Jovens e Adultos.....            | 18 |
| 4. RIO CLARO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....              | 25 |
| 5. A JUVENTUDE E OS DESAFIOS DA EJA.....                       | 29 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                   | 32 |
| REFERÊNCIAS.....                                               | 33 |

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino essencial para ampliar as oportunidades de escolarização de jovens e adultos que, por diferentes razões, não concluíram o ensino fundamental ou médio na idade adequada. Fruto de longos debates ao longo de sua história, a EJA ocupa um lugar fundamental na educação básica, assegurando acesso a uma formação inclusiva e de qualidade. Essa iniciativa busca incentivar o retorno às salas de aula, reconhecendo seu papel transformador na vida dos estudantes e destacando a necessidade de refletir sobre as políticas educacionais e a capacitação dos professores para atender às especificidades desse público.

Nos últimos anos, a crescente presença de adolescentes e jovens com idade para o ensino regular nas turmas da EJA tem levantado discussões sobre os desafios dessa "juvenilização" e as mudanças que ela traz para a modalidade. A partir dessa problemática, este trabalho analisa o perfil dos estudantes da EJA no Brasil e no município de Rio Claro (SP), com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e de informações locais. O objetivo é investigar se Rio Claro acompanha a tendência nacional e refletir criticamente sobre os impactos dessa presença crescente de jovens, considerando os ajustes necessários para garantir um ensino de qualidade.

A EJA, que atende estudantes acima de 15 anos que não concluíram o ensino fundamental ou médio e aqueles que buscam alfabetização, recebe esse público jovem por diversos motivos, incluindo problemas pessoais, fracasso escolar e, principalmente, a necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho. Como apontam Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001):

A entrada precoce no mercado de trabalho e o aumento das exigências de instrução e domínio de habilidades no mundo do trabalho constituem os fatores principais a direcionar os adolescentes e jovens para os cursos de suplência, que aí chegam com mais expectativas que os adultos mais velhos de prolongar a escolaridade pelo menos até o ensino médio para inserir-se ou ganhar mobilidade no mercado de trabalho. (Di Pierro; Joia; Ribeiro, 2001, p. 65).

Dessa forma, observa-se um aumento significativo da presença de adolescentes em idade escolar regular nas turmas da EJA, o que desafia a concepção inicial desta modalidade de ensino. Essa mudança evidencia a

necessidade de repensar tanto a nomenclatura quanto a estrutura da EJA, considerando as especificidades e demandas desse público mais jovem, que traz novas dinâmicas e desafios para o ambiente educacional.

Para mais, é fundamental compreender que o desinteresse pela escola e pela aprendizagem não deve ser tratado como uma questão exclusivamente individual. Esse fenômeno está inserido em um conjunto complexo de fatores sociais, estruturais e educacionais que afetam diretamente a educação desses estudantes. No caso da EJA, o desengajamento não pode ser desvinculado do contexto mais amplo da sociedade e do sistema educacional. A ausência de políticas públicas eficazes, a precarização da formação docente, a falta de recursos adequados e outras limitações estruturais contribuem para a redução do interesse e participação dos alunos.

Diante desse cenário, este trabalho aborda, inicialmente, os principais acontecimentos que marcaram a trajetória da EJA, com ênfase na evolução histórica e nas políticas públicas que a consolidaram como um componente essencial da educação. Em seguida, discute a juventude no Brasil, destacando os desafios e as características dessa faixa etária, especialmente no que se refere ao acesso à educação formal.

## **2. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS NA HISTÓRIA DA EJA NO BRASIL**

A história da Educação de Jovens e Adultos no país é marcada por transformações sociais, políticas e econômicas que estão em paralelo com os processos históricos do Brasil. Desde seu início foi presente um processo de lutas de movimentos sociais, com relação às perdas de direitos, injustiças sociais, momentos de avanços e retrocessos. Ao longo de sua trajetória foi materializada em projetos distintos do que fazer da educação de adultos.

Seu início remonta ao período colonial (1500-1822), com a atuação da Companhia de Jesus, cuja função principal era catequizar e alfabetizar os indígenas na língua portuguesa. Além disso, ofereciam educação aos filhos dos colonos, aos indígenas adultos e, posteriormente, a mulheres e negros adultos.

[...] os brancos, portugueses, filhos da elite, eram alvo de uma educação formal, longa e diversificada, preparatória para o poder e/ ou para a vida eclesiástica. [...] Outros portugueses, pertencentes aos segmentos restritos das classes populares, tinham acesso apenas aos rudimentos escolares: isto é, ler, escrever e contar; [...] para os índios e mestiços, a educação era

ministrada nas missões, nos engenhos e nas igrejas. A estes ensinava-se, precariamente, o catecismo preparatório para o batismo, para a vida cristã, além de ofícios e tarefas servis que, naquele tempo, por serem consideradas desonrosas, não podiam ser executadas pelos brancos; [...] os colonizadores desenvolveram, também, pedagogias para tratar da educação/evangelização dos escravos. (Casimiro, 2007, p. 87).

Durante o período do Brasil Império, com o controle de Portugal sobre a colônia, foram criadas as primeiras instituições de ensino, uma em São Paulo e outra em Olinda, Pernambuco. O Projeto Constitucional de 1823 estabeleceu a ideia de sistematizar a educação no país, conforme o Art. 250, que dispunha: "Haverá no Império escolas primárias em cada termo, ginásios em cada comarca e universidades nos locais mais apropriados". (Art. 250) Além disso, o mesmo projeto, no Art. 254, delineava os grupos para os quais a educação seria destinada: aos homens brancos, a educação formal; aos indígenas, a catequese e a civilização; e aos negros emancipados, a educação religiosa e industrial.

Ainda no Brasil Império, em 1881, a Lei Saraiva, sancionada em 9 de janeiro e que leva o nome de seu autor, o comendador José Antônio Saraiva, trouxe importantes mudanças no acesso à educação e ao sistema eleitoral. Antes da Lei nº 3.029, o sistema eleitoral era indireto, ou seja, os eleitores escolhiam um grupo de representantes que, por sua vez, elegiam os deputados e senadores. Com a sanção da lei, passou a ser instituído o voto direto para a escolha de deputados, senadores e vereadores. No entanto, uma das principais particularidades da Lei Saraiva era que apenas cidadãos alfabetizados poderiam votar, excluindo assim uma grande parcela da população, que na época era predominantemente analfabeta.

Com a constituição da República (1889), o voto foi ainda mais restrito, sendo destinado apenas a pessoas letradas e com posse, excluindo de forma mais severa os analfabetos.

Os períodos iniciais do século XX foram marcados pela expansão dos grupos escolares. Embora a escolarização tenha começado a alcançar parte das classes populares, os princípios herdados do Brasil império continuaram a prevalecer, e o acesso ao ensino formal permaneceu extremamente limitado, distante dos ideais republicanos. A educação era vista como uma solução para os problemas sociais e econômicos historicamente produzidos. Em 1915, foi criada a Liga Brasileira contra o Analfabetismo, com o objetivo de combater a ignorância e fortalecer as instituições republicanas. Na Associação Brasileira de Educação (ABE), as discussões

concentravam-se na luta contra essa "calamidade pública" que havia se instalado, com o analfabetismo sendo visto como uma "praga" a ser exterminada (Strelhow, 2010).

Segundo Di Pierro e Haddad, "foi apenas no final da década de 1940 que a educação de adultos se consolidou como um problema de política nacional, embora as condições para que isso acontecesse já estivessem sendo estabelecidas no período anterior" (Di Pierro e Haddad, 2000, p.110). Em 1934, com a promulgação da Constituição, foi instituído um Plano Nacional de Educação, no qual pela primeira vez a educação de adultos foi reconhecida como uma responsabilidade do Estado.

Nesse período, a educação de jovens e adultos estava em uma das prioridades. O processo de industrialização no país criou a necessidade de mão de obra, sendo preciso a criação de escolas para os jovens e adultos, e a migração dos trabalhadores do campo para o meio urbano, trouxe pessoas com necessidade de escolarização para introduzir ao mercado de trabalho.

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), criado em 1938, foi responsável por estudos e pesquisas na área da educação e pela criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, com o objetivo de desenvolver programas educacionais, incluindo o Ensino Supletivo. Três anos depois, em 1945, o fundo foi regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos fossem destinados à educação de adolescentes e adultos (Strelhow, 2010).

Após a Segunda Guerra Mundial, a erradicação do analfabetismo tornou-se uma prioridade global, impulsionada pela recém-criada ONU (Organização das Nações Unidas) e pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). De acordo com Strelhow (2010), "a orientação da ONU e da UNESCO era de que a educação seria o principal meio para promover o desenvolvimento das 'nações atrasadas'." (STRELHOW, 2010, p. 53).

Com isso em 1946 surge a Lei Orgânica do Ensino Primário que previa o ensino supletivo e em 1947 surgiu um programa nacional, Serviço de Educação e Adultos (SEA), foi intitulado de Primeiro Campanha Nacional de Educação e Adultos, seu objetivo era organizar os trabalhos dos planos anuais em ensino de jovens e adultos. Nessa campanha foi realizado as cartilhas de leituras com pequenas frases e conteúdos de comportamento moral, saúde, higiene e técnicas de trabalho, ignorando toda a vivência dos alunos. Desta forma fica claro que a intenção desses

programas era apenas nos números de pessoas alfabetizadas, sem se importar com a qualidade desse ensino.

Após o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro em 1958, começaram a surgir novas abordagens sobre como ver e ensinar os adultos. No Seminário Regional de Recife, o professor Paulo Freire se destacou com seu método pedagógico, defendendo que o desenvolvimento educativo deve levar em conta as necessidades dos indivíduos e ser realizado de forma colaborativa, junto ao educando.

Houve diversos marcos importantes no campo da educação como o Movimento de Educação de Base (MEB), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, o Movimento de cultura popular de Recife, entre outros. Posteriormente, foi criado o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, com a participação de Paulo Freire. Ele propôs uma pedagogia baseada na vivência e na realidade do estudante, que deveria participar ativamente no processo educativo.

No final da década de 1950 e início da década seguinte, criou-se uma nova perspectiva na educação brasileira, fundamentada nas ideias e experiências desenvolvidas por Paulo Freire. Esse educador idealizou e vivenciou uma pedagogia voltada para as demandas e necessidades das camadas populares, realizada com sua efetiva participação e a partir de sua história e de sua realidade. O trabalho pedagógico com jovens e adultos passou a contar com os princípios da educação popular. Essa nova perspectiva também estava associada a um contexto de efervescência dos movimentos sociais, políticos e culturais. Dentre as experiências de educação popular daquele período, destacaram-se o Movimento de Educação de Base (MEB), da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); os Centros Populares de Cultura (CPC), da União Nacional dos Estudantes (UNE), e o início da execução do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), de janeiro a abril de 1964, pelo governo federal, para uma política nacional de alfabetização de jovens e adultos em todo o país, coordenada por Paulo Freire. (Curitiba, 2006, p. 18).

A partir disso, Paulo Freire foi chamado para desenvolver o programa nacional de alfabetização, porém com o golpe militar o pedagogo foi exilado fora do país e retirado do cargo, e a EJA volta a ser controlada pelo governo. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), surgiu com os militares e tinha como objetivo alfabetizar apenas para funcionalidade, deixando claro que a educação era apenas para formação de mão de obra. O ensino de supletivo começou a ser implantado nesse mesmo período, o MEC deu a iniciativa da criação de Centros de Estudos Supletivos (CES), em 1974.

Na Lei n. 5692/71, havia um capítulo para o ensino supletivo e o Parecer 699/72, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que regulamenta os cursos supletivos seriados e os exames com certificação. A organização curricular e a matriz do ensino supletivo seguiam a proposta curricular do ensino regular, porém de forma compactada, não denotando qualquer especificidade à população jovem e adulta no processo de escolarização. O ensino supletivo foi apresentado, em princípio, como uma modalidade temporária, de suplência, para os que precisavam comprovar escolaridade no trabalho e para os analfabetos. Porém, tornou-se uma forma de ensino permanente, de oferta necessária, considerando a crescente demanda. (Curitiba, 2006, p.19)

Para substituir o MOBRAL, fundaram a Fundação EDUCAR (Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos) que tinha como base a mesma finalidade já existente.

Em 1986, o Ministério da Educação organizou uma Comissão para a elaboração de Diretrizes Curriculares Político-Pedagógicas da Fundação Educar, a qual reivindicou a oferta pública, gratuita e de qualidade do ensino de 1.º Grau aos jovens e adultos, dotando-o de identidade própria. A Comissão fazia ainda recomendações relativas à criação de uma política nacional de educação de jovens e adultos, ao seu financiamento e à revisão crítica da legislação nessa área. Naquele período, iniciou-se a descentralização dos recursos e do poder decisório, até então concentrado no MEC, em torno das políticas educacionais. Vislumbrava-se, ainda, a emergência de ofertas de educação de jovens e adultos pelos próprios estados e municípios, que passaram a assumir, com seus orçamentos, a demanda de alfabetização e escolarização desse público. (Curitiba, 2006, p. 19).

A Constituição Federal de 1988 trouxe avanços importantes para a educação no país, no que tange a educação de jovens e adultos. No Art. 208, a Constituição estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso à escolarização básica na idade própria. Nesse sentido entendemos que a educação não se limita apenas a crianças e jovens.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 37, estabelece que “a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento”. Esse artigo visa destacar que a EJA não se limita apenas à alfabetização, mas também desempenha um papel crucial na preparação dos estudantes para o mercado de trabalho, promovendo, assim, sua inclusão social e econômica.

Sendo um marco importante para a educação como um direito de todos a Constituição 1988, garante independente da idade uma educação inclusiva e plural para os jovens e adultos. Como afirma Saviani (2008), “a educação de jovens e

adultos deve ser compreendida como uma modalidade que proporciona a efetivação de um direito social fundamental, inserido no contexto da educação como direito de todos”.

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010), a educação de jovens e adultos recebeu uma atenção significativa, um dos principais programas voltados para a modalidade foi o Programa Brasil Alfabetizado, lançado em 2003. O objetivo era reduzir o número de pessoas analfabetas no país, atendeu milhões de brasileiros, em especial nas regiões mais vulneráveis e marginalizadas.

Além disso, foram implementadas iniciativas como o Proeja (Programa Nacional de Integração e Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), que permitia aos adultos e jovens cursarem simultaneamente a educação básica e cursos técnicos, promovendo a inclusão socioeconômica profissional.

A criação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), em 2007, beneficiou também a EJA, ampliando os recursos financeiros destinados a essa modalidade de ensino.

Os anos 2000 marcaram a ampliação da EJA, consolidando-a não apenas como um instrumento de inclusão escolar, mas também como um meio de promover a dignidade e o desenvolvimento socioeconômico, especialmente para as populações historicamente excluídas.

### **3. JUVENTUDE**

Para iniciar o debate sobre a juventude na educação de jovens e adultos, precisamos entender o que é ser jovem no Brasil. De acordo com a Secretaria Nacional de Juventude e do Programa Brasil Alfabetizado, a faixa etária considerada jovem para as realizações de políticas públicas é de 15 a 29 anos.

Diversos autores abordam o conceito de juventude de maneiras distintas. Enquanto alguns a definem apenas como uma fase da vida, outros oferecem uma visão mais ampla. Abramovay e Castro, por exemplo, afirmam que

É uma construção histórica e social e não meramente uma condição etária, parte de um determinado ciclo de vida. Cada época e cada cultura postulam diferentes maneiras de ser jovem, sobre determinadas por dentro de situações sociais e culturais específicas. (Abramovay e Castro, 2015, p. 13).

Partindo dessa definição, compreendemos que não existe apenas uma forma de juventude, e sim várias juventudes, dessa maneira reconhecemos as diversidades existentes entre os jovens. Cada parcela de jovens, dependendo de sua classe social, etnia, religião, entre outros fatores, fazem os jovens viverem essa fase da vida de forma diferentes. Suas experiências e maneiras de ver o mundo podem variar bastante.

As diferentes juventudes não são “estados de espírito” e sim uma realidade palpável que tem sexo, idade, raça, fases, uma época que passa cuja duração não é para sempre, ou seja, uma geração. Depende, fundamentalmente, de suas condições materiais e sociais, de seus contextos, de suas linguagens e formas de expressão. (Abramovay e Castro, 2015, p. 14).

Segundo Abramovay e Castro (2015), não há apenas uma juventude homogênea, mas diversas juventudes, que representam um conjunto diversificado de oportunidades, dificuldades, privilégios e poderes na sociedade. A juventude é entendida como uma construção social, moldada pelas particularidades de uma sociedade, como a forma de enxergar os jovens, muitas vezes por meio de estereótipos, e pelas circunstâncias históricas, contextos de classe, gênero, raça, grupo social, e outros fatores. O uso do termo "juventudes" no plural busca evidenciar elementos comuns a todos os jovens, sem fracioná-los em modelos isolados.

A força do imaginário da juventude é intensa e acaba promovendo comportamentos, valores e estéticas associadas ao ser jovem, tornando algo de desejo para pessoas de várias idades, criando uma cultura onde a juventude se torna o ideal, onde Leite e Pressar (2003) chamam esse processo de juvenilização. Por esse motivo não devemos desvincular a juventude do fator idade.

Uma das fortes características dos jovens é o agrupamento por identificação, sendo um fenômeno natural, pois, a busca por pertencimento nessa fase da vida é intensa. Eles costumam se agrupar/aproximar por características comuns, como valores, gostos, estilos de vida e/ou interesses, como músicas, esportes, causas sociais entre outros. Dentro desses grupos os jovens se sentem mais confortáveis, compreendidos e apoiados, nesse sentido ajudam a explorar suas identidades.

Como a estética juvenil é vivenciada através de expressões culturais, podemos mobilizar a categoria “juventude” por meio do conceito de culturas juvenis, que envolve práticas, saberes e agremiações que os jovens articulam em sua vivência do que é “ser jovem”. Ou seja, grupos sociais formados a partir de adesões estéticas ou políticas; movimentos organizados ou não; participação em eventos e causas etc. (Filho, 2014, p. 106).

Filho (2014) afirma que, o estudo das culturas juvenis pode ser conduzido de diversas maneiras, mas a escola se destaca como uma instituição especialmente estratégica para essa análise, pois, a maior parte da vida juvenil de uma pessoa ela está matriculada em uma escola, e é ali onde as características juvenis vão surgir e se intensificar.

Ainda seguindo a ideia de Filho (2014) com a inserção da sociologia na educação básica,

(...) pode-se perceber a maneira como os jovens vivenciam suas experiências sociais dentro da escola, ou seja, como se movimentam – de acordo com suas singularidades – suas adesões às culturas juvenis e aos agrupamentos. Nota-se, assim, que o jovem que frequenta a escola constrói alianças e conflitos por meio de seu sentimento de pertença a agremiações específicas que, de algum modo, orientam sua participação na sociedade. (Filho, 2014, p.108).

Em resumo a escola emerge um papel crucial na manifestação da identidade juvenil, nesse ambiente, eles formam grupos e desenvolvem alianças, conflitos e laços de pertencimento que refletem suas singularidades e influenciam sua participação social.

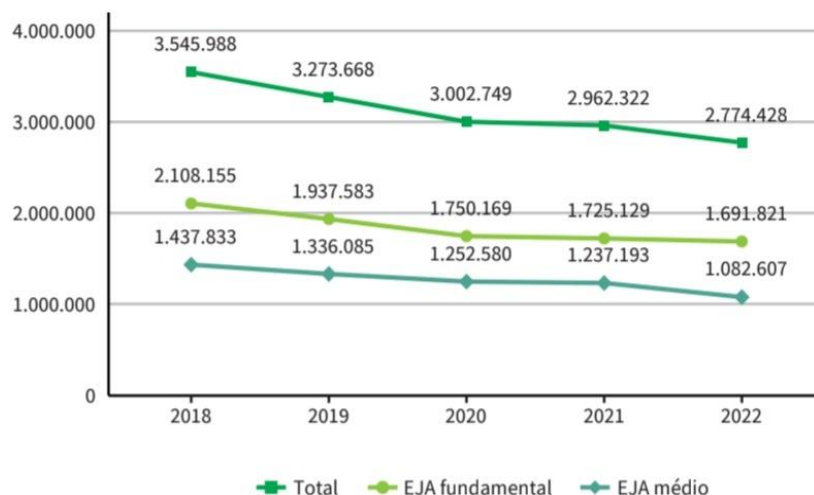
## **2.1. Juventude na Educação de Jovens e Adultos**

A educação de jovens e adultos é um direito explicitado na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e na Lei de Diretrizes e Base (LDB) n.º 9.394/1996 (BRASIL, 1996). Tem por objetivo atender os estudantes que não tiveram acesso à educação na idade em que deveriam ter, quando criança e/ou adolescente (BRASIL, 2006), por alguma eventualidade.

O fenômeno da juvenilização na EJA, identificado como um dos principais desafios enfrentados pela educação de jovens e adultos na atualidade, foi destacado por Haddad e Pierro (2000), que já sinalizaram o crescente perfil juvenil dos alunos, composto em grande maioria por adolescentes excluídos da escola regular.

De acordo com dados elaborados pela Deed/Inep com base no Censo Escolar da Educação Básica, o número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) registrou uma diminuição de 21,8% entre 2018 e 2022, chegando a 2,8 milhões em 2022. A queda no último ano foi de 6,3%, ocorrendo de forma desigual nas etapas de nível fundamental e de nível médio, que apresentaram reduções de 1,9% e 12,5%, respectivamente.

Gráfico 1 – Evolução das Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) de 2018 a 2022: Queda no Nível Fundamental e Médio.

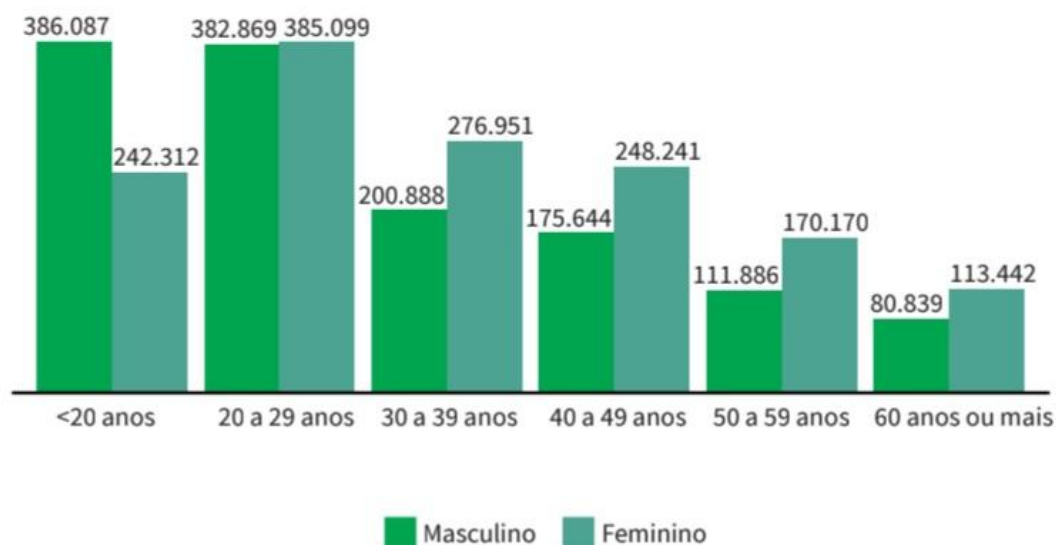


Fonte: DEED/Inep, com base no Censo Escolar da Educação Básica. Evolução das Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) de 2018 a 2022: Queda no Nível Fundamental e Médio, disponível: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>>. Acesso em: 4 dezembro de 2024.

A tendência de queda nas matrículas da EJA também é algo notável e apontado por pesquisadores há algum tempo, Steacanela e Panizzon (2013) utilizando os dados do INEP, destaca que em 2012 o número de alunos matriculados equipara - se ao de 2001, e que entre 2006 e 2012 houve 30% de decréscimo nas matrículas.

Ao analisar os dados de faixa etária e sexo, podemos perceber que o fenomeno de juvenilização vem crescendo de uma forma agressiva. Seguindo ainda utilizando os dados do Censo Escolar de Educação Básica, a EJA é composta predominantemente por estudantes com menos de 30 anos, representando 50,3% das matrículas. Nessa faixa etária os alunos do sexo masculino são maioria, representando 55,0%. Em contraste, as matrículas de estudantes com mais de 30 anos são majoritariamente compostas por mulheres, 58,9% em 2022.

Gráfico 2 – Distribuição de Matrículas na EJA por Faixa Etária e Sexo (2022).



Fonte: DEED/Inep, com base no Censo Escolar da Educação Básica. Distribuição de Matrículas na EJA por Faixa Etária e Sexo (2022), disponível:

<<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>>. Acesso em: 4 dezembro de 2024.

Compreender o fenômeno da juvenilização da EJA nos leva a refletir sobre os motivos que fazem com que os estudantes deixem de cursar o ensino regular e optem por ingressar na EJA ainda em idade jovem. De acordo com a legislação, ao completar 15 anos, o estudante pode se matricular no ensino fundamental da EJA, e a partir dos 18 anos, no ensino médio. Dessa forma, alunos dessa faixa etária, ou até mais velhos, têm a opção de se matricular na EJA em vez de continuar no ensino regular.

A matrícula, inicial ou em continuidade, em qualquer termo de curso presencial de Educação de Jovens e Adultos - EJA mantido por escola pública estadual, far-se-á mediante comprovação, no ato da matrícula, da idade do interessado, na seguinte conformidade: I - para os quatro anos finais do Ensino Fundamental, mínimo de 15 (quinze) anos completos; II - para as três séries do Ensino Médio, mínimo de 18 (dezoito) anos completos; § 1º - Os mínimos de idade estabelecidos nos incisos deste artigo aplicam-se também para a participação em exames de certificação de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio, organizados em âmbito federal ou estadual. (São Paulo, 2007, p. 43).

Embora a EJA represente uma alternativa para alunos com trajetória escolar interrompida, iniciar essa modalidade aos 15 anos nem sempre é a melhor escolha, pois ainda há a possibilidade de continuar no ensino regular. Di Pierro (2009) argumenta que essa escolha pode prejudicar o desenvolvimento social e acadêmico

dos jovens, uma vez que o ensino regular proporciona um ambiente mais adequado para a formação integral desses estudantes.

A inserção precoce dos jovens na educação de jovens e adultos também está relacionada com o fracasso escolar, não apenas os resultados escolares dos estudantes, mas também da estrutura educacional brasileira, segundo Furtado (2015, p. 55): “[...] é resultado também desse processo de escolarização degradada, que perpetua a exclusão escolar. Os/as alunos/as têm acesso ao espaço físico, mas não a uma educação de qualidade, que os/as consideram como sujeitos de direitos.”.

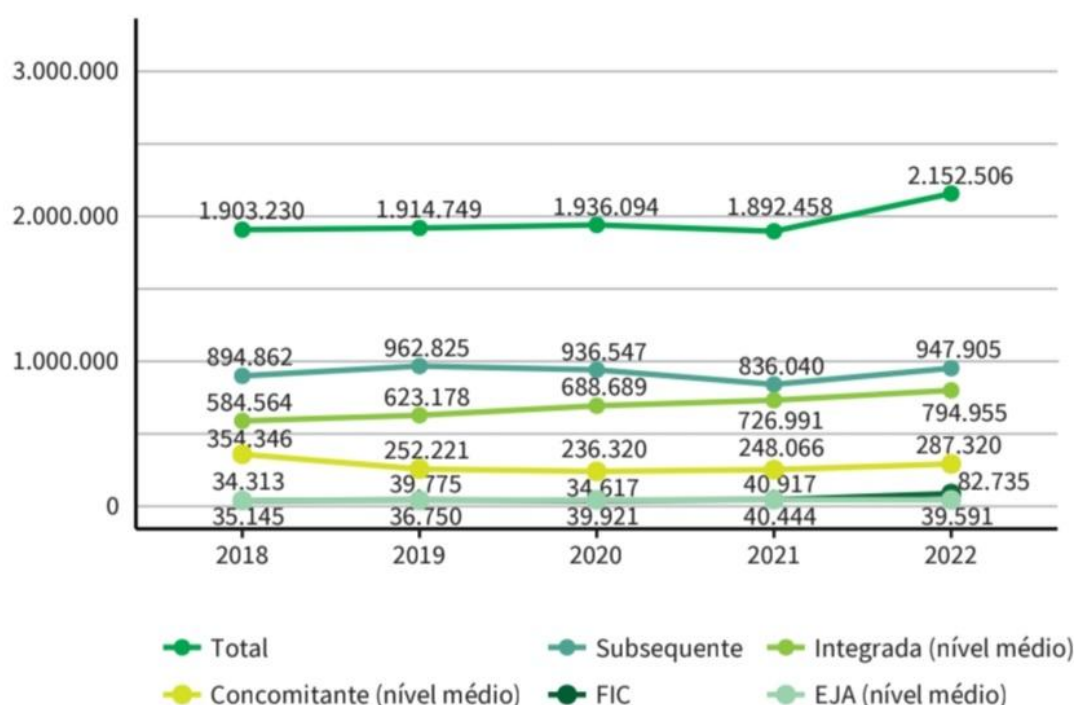
O insucesso escolar pode se manifestar de diversas formas, como repetência, abandono escolar, dificuldades de aprendizagem e fatores socioeconômicos, que muitas vezes impulsionam os estudantes a ingressar no mercado de trabalho, deixando a escola em segundo plano. Além disso, há o processo de identificação desses adolescentes. Segundo Abramovay (2005), o abandono escolar na adolescência é frequentemente resultado de uma combinação de fatores individuais, familiares e escolares, onde a falta de suporte emocional e pedagógico adequado pode agravar a situação. Esse contexto leva muitos estudantes a buscar a continuidade dos estudos por meio da EJA, em um ambiente onde a maioria é composta por adultos trabalhadores, o que pode deixar essas questões de lado, sem a devida atenção.

Por isso, não se pode esquecer a relação tensa e conflituosa vivida pelo jovem aluno da escola regular diante dos aspectos disciplinares e pedagógicos, fatores excludentes na perspectiva da interação social e cultural. Essas visões, atitudes e posturas acabam estigmatizando esse jovem aluno, rotulado como problema, o que não ocorre com o adulto, que busca de todas as formas avançar no processo de escolarização na EJA. (Filho, Cassol e Amorim, 2021, p. 723).

Com as cobranças do mundo atual, onde é necessário a escolarização e qualificação para a busca de um emprego, os jovens estão cada vez mais demandados neste quesito. A escola não consegue atender esses jovens e o mercado de trabalho também não, pois não cumprem as exigências de ter a escolaridade e/ou qualificação. Essa dualidade força o jovem a continuar na escola e ainda a buscarem uma qualificação profissional. Aqui podemos observar a importância da EJA para esses jovens que não terminaram o ensino na modalidade regular.

Assim como as matrículas da EJA registraram queda, o ensino profissionalizante junto com a educação de jovens e adultos do ensino médio da EJA, no ano de 2022 seguiu a mesma tendência, com um pequeno declínio de 1,538% de 2018 a 2022, sendo a única modalidade de ensino com com a diminuição de matrículas de 2021 para 2022.

Gráfico 3 – Evolução das Matrículas na EJA e Ensino Profissionalizante (2018-2022).



Fonte: DEED/Inep, com base no Censo Escolar da Educação Básica. Evolução das Matrículas na EJA e Ensino Profissionalizante (2018-2022), disponível: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>. Acesso em: 4 dezembro de 2024.

Quando discutimos a chegada de jovens à modalidade de EJA, é importante considerar que tanto professores quanto alunos mais velhos podem ter uma visão estereotipada desse público. Muitos ainda carregam uma construção social sobre essa fase da vida, moldada por estereótipos. Dayrell (2005) destaca que esse olhar preconceituoso, baseado em modelos e estigmas socialmente construídos, pode levar à análise negativa dos jovens, dificultando a compreensão do real perfil desses estudantes que frequentam a EJA.

O modo na qual a escola e os profissionais ali presentes vão encarar a chegada desses jovens na EJA é de extrema importante para sua permanência ou abandono, Rezende e Cassab (2021) afirma que,

Nesse campo de tensões, disputam no interior da escola tanto noções sobre a juventude que circulam no senso comum quanto aquelas que apostam em visões mais críticas e problematizadoras sobre essa categoria. Desconsiderar a complexidade do que é “ser jovem” é obliterar a noção de jovem como sujeito social, marcado pelas condições tão desiguais que estruturam nossa sociedade e pelas diferenças que constituem suas identidades. Enquanto a escola se apoiar hegemonicamente na noção do jovem pobre problema desinteressado, testemunharemos os descompassos que ainda há entre a cultura escolar e as culturas juvenis e seus efeitos tão trágicos explicitados no enorme contingente de jovens fora da escola e na distorção idade-série que caracteriza o cenário educacional brasileiro, manifestada de forma ainda mais aguda na EJA. (Rezende e Cassab, 2021, p.3 ).

A estrutura educacional muitas vezes falha em reconhecer e valorizar essa cultura juvenil, essa desvalorização na EJA frequentemente gera um sentimento de exclusão, afetando o engajamento e permanência desses jovens. Existem outros motivos pelos quais os jovens abandonam a escola, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2022, é evidenciado que questões como gravidez, e afazeres domésticos ainda são motivos para mulheres abandonarem os estudos.

Conforme dados da PNAD (2022), em relação aos jovens de 14 a 29 anos, a necessidade de trabalhar é apontada como a principal razão pela qual muitos jovens abandonaram ou nunca frequentaram a escola, sendo essa a justificativa para 40,2% do total. Entre os homens, essa porcentagem sobe para 51,6%, enquanto entre as mulheres, 24,0% indicam o trabalho como motivo principal. Outros fatores também contribuem para a evasão escolar, como a falta de interesse em estudar, mencionada por 26,9% dos homens e 21,5% das mulheres.

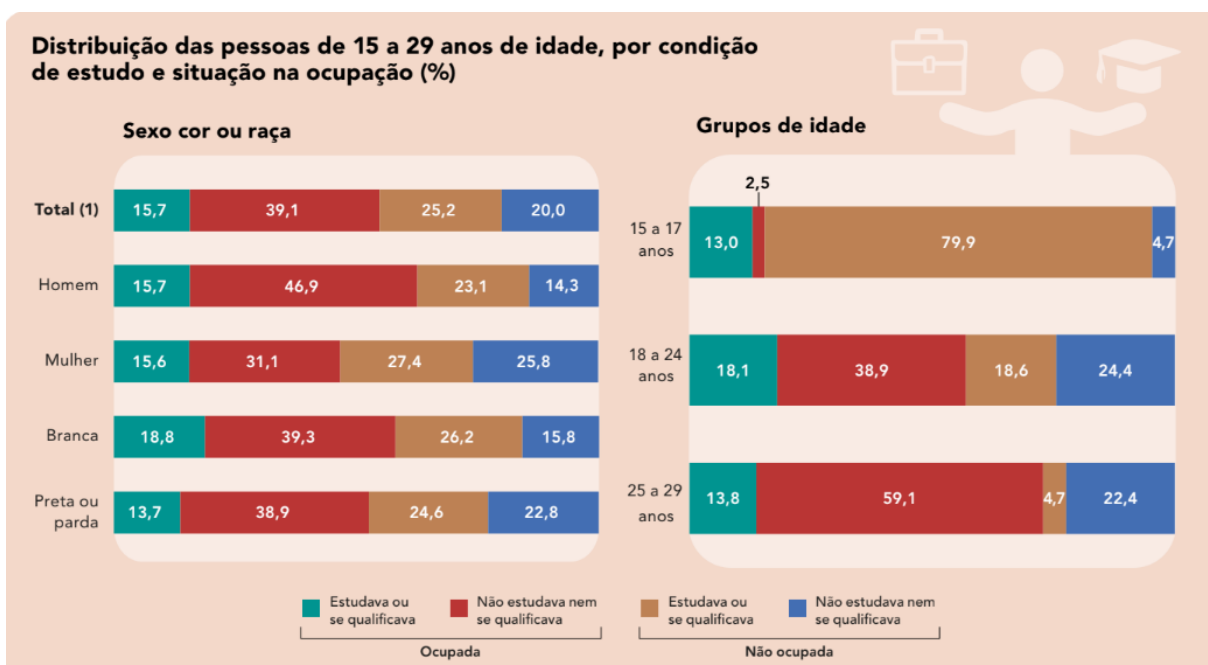
Além disso, a gravidez é uma razão importante entre as jovens mulheres (22,4%), e 10,3% delas destacam a realização de afazeres domésticos ou o cuidado com outras pessoas, em contraste com apenas 0,6% dos homens. Entre as pessoas pretas ou pardas, o impacto da gravidez na evasão é maior do que entre pessoas brancas, com taxas de 9,9% e 7,1%, respectivamente (PNAD, 2022).

Segundo Quintini e Martin (2006, *apud*, Tillmann e Comim, 2016), cada vez mais, jovens encontram dificuldades em encontrar emprego e buscam refúgio na inatividade. Um dos motivos para isso, de acordo com Furlong e Cartmel (2007), é que a transição entre a escola e o trabalho tem sido mais prolongada e

individualizada, devido a reestruturações no mercado de trabalho, aumento da demanda por trabalhadores mais qualificados, práticas de emprego mais flexíveis e adoção de políticas sociais.

É notável o grande número de jovens que não estão no sistema de ensino e nem inseridos no mercado de trabalho. Esse fenômeno popularmente conhecido como “geração nem nem”, traz uma série de problemas tanto pessoais para esse jovem, como sociais para o país. Sendo a educação o fator fundamental para o crescimento econômico de um país, essa frequência maior de jovens fora do sistema educacional causará um desafio econômico para o país.

Gráfico 4 – Distribuição das pessoas de 15 a 29 anos de idade, por condição de estudo e situação na ocupação (%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022. IBGE. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102002>>. Acesso em: 5 dezembro de 2024.

Conforme analisado, a juvenilização da EJA é algo que está ocorrendo, a realidade dessa modalidade de ensino junto com tal situação não é algo conectado. A EJA para os jovens muitas vezes se mostra desconectada das necessidades e expectativas dos jovens, o que ajuda na baixa adesão e alta evasão. Além disso, a EJA é frequentemente vista como a “última chance” para aquelas que não concluíram o ensino no formato regular, o que gera desmotivação e estigmatização.

#### 4. RIO CLARO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Com o fim do regime militar e a redemocratização, houve a transição do Mobral para a Fundação Educar, que ocorreu em 1985 com a publicação do Decreto nº 91.980.

Em 1985, no final do governo Sarney, houve a redefinição do Mobral a partir do Decreto de nº 91.980 para a Fundação Educar, essa mudança teve por objetivo aumentar as possibilidades de retorno e acesso à escola para os jovens e adultos, a fim de cumprir o Programa de Educação para Todos, visando a erradicação do analfabetismo.

A Educação deveria promover a alocação de recursos à execução de programas de alfabetização e educação básica, incentivar a criação e a divulgação de metodologias de ensino, além de estimular a valorização e capacitação dos professores responsáveis pelas ações educativas. O diferencial da Educar em relação ao Mobral é que os programas de alfabetização de jovens e adultos foram executados, de forma regionalizada e participativa, a partir das demandas encaminhadas à Fundação pelos Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios e demais entidades públicas e privadas. (Junior, 2012, p. 49).

A Fundação no município de Rio Claro, esteve presente na orientação na capacitação dos professores, assessoria pedagógica, distribuição de material, orientações na mobilização da comunidade, mapeamento da demanda e organização de eventos educacionais. Antes da fundação, o município já contava com o Mobral, e havia um número significativo de classes de alfabetização. (Vélis, 2017).

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Rio Claro lançou o Projeto Vésper, uma iniciativa voltada à Educação Básica para Jovens e Adultos. Desenvolvido como um programa exclusivo da secretaria, o projeto proporcionou uma nova chance para aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar, oferecendo caminhos para a alfabetização e a continuidade no aprendizado ao longo da vida.

De acordo com Vélis, por meio dos registros municipais “o curso de alfabetização intitulado Projeto Vésper, entrou em funcionamento no dia 1º de abril de 1992, com sete classes divididas nos seguintes pólos: EMEI “Clara Freire Castellano”, EMEI “Antonio Maria Marrote”, EMEI “Dr. Paulo Koelle”, EMEI “Prof. Elpídio Mina” e na E.E.P.G.A. do bairro de Assistência no horário das 19 horas às 21h30min., e também na Capela de São José Operário das 14 horas às 16h30min.

Com cerca de 25 alunos por classe, totalizando 188 pessoas frequentando o curso.” (p. 48, 2017)

Dentro do projeto as aulas eram semestrais, e o foco era a alfabetização. Com essa demanda de alfabetização, foi necessário a criação de classes do 5º ao 8º série.

Com a mudança de governo em 1996, havia promessas no plano de governo em relação a educação, Lévis (2017), destaca a realização de um diagnóstico em relação a educação municipal, no qual foram citados alguns pontos para melhorias, o autoritarismo e descompromisso com a Educação Popular; repressão da demanda, que impede a democratização do acesso à escola, ausência de participação da comunidade nas decisões, ausência de integração e continuidade no “fazer pedagógico”. Com isso tanto Secretaria de Educação Municipal, realizou a inserção de uma política educacional baseada na democratização do acesso à escola, e da gestão e uma melhor qualidade educacional. Após a Primeira Conferência Municipal de Educação, foram criadas no município as coordenadorias de Educação Infantil, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

Comparando-se a Conferência com o Seminário do Primeiro Plano de Governo, nota-se que nessa oportunidade o envolvimento da cidade foi muito maior na participação e elaboração do projeto pedagógico. Inúmeras propostas foram discutidas e votadas. O Conselho Municipal de Educação foi reconstituído e reanimado, como instância permanente de deliberação e fiscalização do poder público relativamente à área da Educação. (Dias, 2003, p. 51).

De acordo com a autora, com base no Plano de Governo Municipal, a partir disso as propostas geraram desdobramentos dentro da Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos, resultando na formação de grupos de estudos e na realização de reuniões com o intuito de consolidar as ideias apresentadas. A maioria das escolas que atendem a EJA se integrou a esse movimento inovador na rede, com a participação de diretores, coordenadores pedagógicos, educadores e alunos.

Em 1998, durante a gestão do prefeito Cláudio Antônio de Mauro, o Decreto nº 5.777 reforçou que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) era uma das prioridades da Secretaria Municipal de Educação. O decreto destacou que, na cidade de Rio Claro, havia cerca de 15.000 jovens e adultos considerados analfabetos funcionais. Nesse contexto, foi instituído o "Projeto Ler Rio Claro", uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação com o objetivo de promover a alfabetização de jovens e adultos no município (Art. 1º, Decreto nº 5777).

Utilizando os dados do Plano Educacional 2001/2002, Levis aponta que, os procedimentos pelos quais o Projeto Pedagógico das escolas deixaria de ser apenas uma intenção e se tornaria uma realidade, “[...] para a sustentação de nosso lema ‘Educação a Serviço da Vida’ e para se criar um ambiente favorável ao início da construção de uma escola “diferente” e conseqüentemente, de uma sociedade mais democrática” (Plano Educacional, 2001/2002, p. 2).

Como parte do processo de construção de uma educação mais inclusiva e participativa, foi promovida uma série de debates e reflexões. Nesse contexto, destaca-se o momento culminante de um extenso processo de discussão sobre os desafios e as perspectivas da educação local:

Após um longo período de debates, reflexões e discussões é realizada em Rio Claro, em 20 de outubro de 2001 a Plenária Final da II Conferência Municipal de Educação com a temática: “Educação Rio-clarense – Desafios e Perspectivas”. As propostas reafirmaram o compromisso com o fortalecimento das diversas formas de participação popular, visando a construção de um processo educacional com qualidade, participativo e inclusivo. (Lévis, 2017, p. 50).

A educação de jovens e adultos, nesse momento no município, é apresentada como uma conquista já alcançada pelo município:

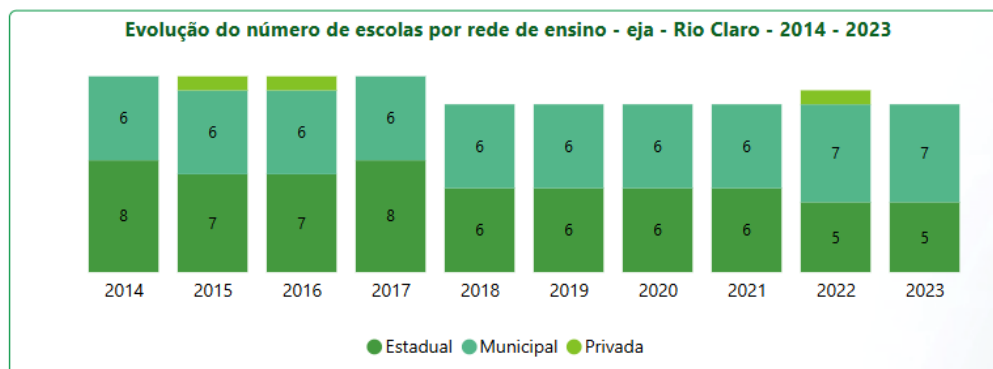
O Plano de Trabalho de 2003 e de 2004 da Coordenadoria da EJA deixava claro que a questão do atendimento da EJA já era algo alcançado. As discussões, metas e ações versavam sobre questões pedagógicas, tratando as diversidades relacionadas à modalidade de ensino. Enfim, percebe-se que esse período foi decisivo para o avanço do atendimento e a preocupação mais ostensiva no desenvolvimento do trabalho pedagógico. (Lévis, 2017, p. 50).

Dando um salto histórico, no momento atual a educação de jovens e adultos dentro do município é dividida com o estado de São Paulo, onde o município fica responsável pelas escolas de ensino fundamental, EJA I e EJA II, 1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano respectivamente. As escolas municipais que atendem essa modalidade de ensino são: Armando Grisi, Jardim das Palmeiras – Caic, Marcelo Schmidt e Sylvio de Araújo disponibilizam a EJA I e II, que corresponde ao ensino de primeira à oitava séries. As escolas Sérgio Hernani e Victorino Machado, oferecem apenas a EJA I, equivalente à grade curricular desenvolvida entre a primeira e a quarta séries. O estado de São Paulo oferece as aulas para o ensino médio, também no período noturno.

Com base nos dados do censo escolar realizado pelo Inep (2023), o número de escolas que ofertam a educação de jovens e adultos na modalidade ensino médio reduziu de 8 em 2014 para 5 em 2023, atualmente as escolas são Escola

Estadual Joaquim Ribeiro, E.E Odilon Correia, E.E Professor José Cardoso, E.E Professor Januário Sylvio Pezzotti e E.E Professor Roberto Garcia Losz.

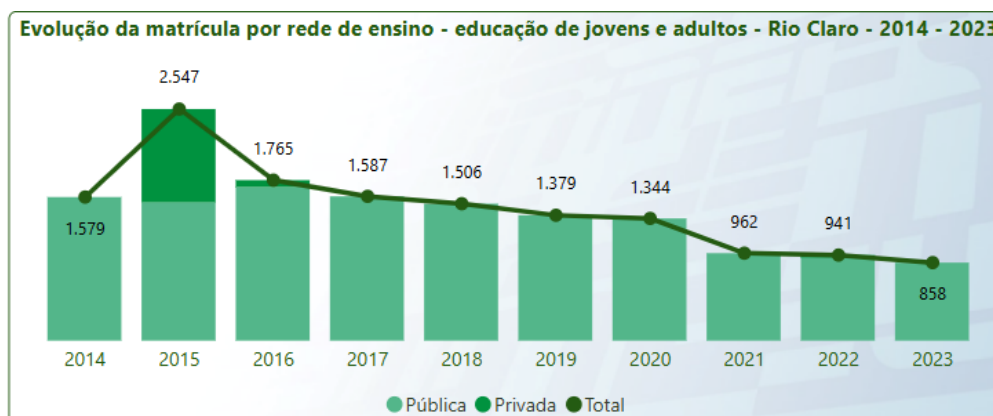
Gráfico 5 – Evolução do número de escolas por rede de ensino - EJA - Rio Claro (2014/2023).



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em <<https://anonymousedata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Portal>>. Acesso em 30 de novembro de 2024.

Seguindo a mesma tendência do Brasil, as matrículas no município de Rio Claro tiveram uma queda de quase 40% entre os anos de 2014 e 2023, para as matrículas em escolas da rede pública. As realizadas em escolas privadas no ano de 2015 para 2016, contaram com uma diminuição de mais de 50%, chegando a não ter início no ano de 2023.

Gráfico 6 – Evolução da matrícula por rede de ensino - Educação de Jovens e Adultos - Rio Claro (2014/2023).



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em <<https://anonymousedata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Portal>>. Acesso em 30 de novembro de 2024.

Ainda seguindo a mesma tendência nacional, a maioria das matrículas são do sexo masculino contando com 488 e o feminino com 370. No quesito raça, as pessoas que se declararam branca são a maior parte com 315 matriculados,

seguindo das pessoas pretas/pardas com 270 e as que não se identificaram contaram com 273, no ano de 2023 (Inep, 2023).

Quando entramos no quesito faixa etária das matrículas, o processo de juvenilização é perceptível, a maior concentração ocorre na faixa etária de 15 a 19 anos totalizando no ano de 2010, 1364 pessoas que frequentavam a educação de jovens e adultos. O ensino médio contou com 857 jovens, o ensino fundamental com 404 jovens e a alfabetização com 103. Em seguida a faixa etária de 20 a 24 anos e depois 25 a 29 anos, com 377 e 226 respectivamente.

Tabela 1 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, que frequentavam escola - Rio Claro (2010).

| Pessoas de 10 anos ou mais de idade, que frequentavam escola - Rio Claro - 2010 |                |              |              |              |              |              |              |              |                 |
|---------------------------------------------------------------------------------|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|
| Curso que frequentavam                                                          | Grupo de idade |              |              |              |              |              |              |              |                 |
|                                                                                 | Total          | 15 a 19 anos | 20 a 24 anos | 25 a 29 anos | 30 a 34 anos | 35 a 39 anos | 40 a 44 anos | 45 a 49 anos | 50 anos ou mais |
| Total                                                                           | 42206          | 12764        | 4505         | 2237         | 1668         | 1168         | 713          | 515          | 740             |
| Alfabetização de jovens e adultos                                               | 515            | 103          | 59           | 31           | 59           | 28           | 31           | 50           | 106             |
| Educação de jovens e adulto (EJA II)                                            | 1424           | 404          | 60           | 20           | 122          | 151          | 33           | 61           | 80              |
| Educação de jovens e adultos (E.M)                                              | 2016           | 857          | 258          | 175          | 213          | 212          | 155          | 33           | 113             |

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (**SIDRA**). Disponível em <  
<https://sidra.ibge.gov.br/territorio>>. Acesso em 30 de novembro de 2024.

De acordo com a Secretaria Nacional de Juventude e do Programa Brasil Alfabetizado, 15 a 29 anos é considerada a faixa etária dos jovens. Totalizando o número de matrículas dessas idades, 1.967 jovens frequentavam o ensino de jovens e adultos. Somando as pessoas que estão fora dessa faixa etária, 1.447 adultos e idosos frequentam a EJA. O município de Rio Claro no ano de 2010 com base no censo demográfico estava significativamente juvenilizada, há um número muito maior de jovens matriculados do que adultos e idosos. Esse padrão reflete uma realidade nacional e com tendência a se intensificar.

## 5. A JUVENTUDE E OS DESAFIOS DA EJA

Dentro desse campo de tensões, a escola torna-se um espaço onde se confrontam diferentes perspectivas sobre a juventude: de um lado, as concepções presentes no senso comum; de outro, abordagens críticas que buscam problematizar essa categoria social. Ignorar a complexidade de "ser jovem" significa deixar de reconhecer o jovem como um sujeito social, influenciado pelas condições desiguais da sociedade e pelas múltiplas diferenças que moldam suas identidades.

Enquanto a escola continuar predominando na visão hegemônica do jovem pobre como um problema ou alguém desinteressado, persistem os descompassos entre a cultura escolar e as culturas juvenis. Esses conflitos se refletem tragicamente no grande número de jovens fora da escola e na alta taxa de distorção idade-série, marcando de forma ainda mais crítica o cenário da Educação de Jovens e Adultos, a nível nacional e no município de Rio Claro.

Antes vista como um espaço de realização profissional para quem ensinava adultos e idosos, a EJA agora apresenta novos desafios para os professores, que precisam lidar com as tensões geradas pela crescente presença de jovens nas salas de aula.

A juvenilização na EJA é um aspecto de fundamental importância para o atual campo da educação de jovens e adultos, esse processo de escolarização do qual participa um número cada vez maior de pessoas com faixa etária cabível ao ensino regular, vem sendo o novo perfil de educandos no ensino para jovens e adultos. As grandes mudanças nas esferas econômica, política, social, tecnológica e cultural da sociedade colocam às escolas sob pressão para se adaptarem às exigências do mercado do trabalho, o que por sua vez afeta a educação. O mundo do trabalho tornou-se a escolaridade obrigatória, fazendo aumentar a procura do ensino de jovens e adultos, que tem por objetivo arrumar um emprego. A mesma razão pela qual fazem sair da escola quando novos é o que os faz voltar depois de jovens/adultos.

No caso dos adolescentes, o mercado de trabalho influencia também nessa migração de ensino regular para a EJA, além desse fator, o desinteresse, a desmotivação com o ensino regular e os históricos com a repetência agregam os motivos para a mudança. Segundo Arroyo (1997), a evasão escolar decorre do processo disfuncional da escola, família, do professor e do aluno, o autor coloca também a importância de reconhecer que esse problema não é exclusivamente do aluno, que na maioria dos casos os estudantes não saem da escola por pequenos problemas, e sim por sobrevivência.

As únicas portas que facilmente se abrirão são as das casas de detenção, de correção, dos manicômios. Sobretudo abrir-se-ão as portas das fábricas, todas as manhãs, tardes e noites, de onde não lhes será permitido evadir-se sob pena de morrer de fome. Os índices de evasão das fábricas, das casas de detenção e correção são mais baixos do que os índices das escolas do povo. (Arroyo, 1991).

Os professores têm uma responsabilidade significativa em relação à evasão escolar e ao engajamento dos alunos. O envolvimento dos estudantes é fundamental para o sucesso educacional, e os educadores desempenham um papel crucial nesse processo. Novas metas e estratégias precisam ser implementadas para atender as necessidades atuais, pois a evasão escolar atinge também o ensino de jovens e adultos, sendo os jovens e adolescentes os mais atingidos. Conciliar trabalho e estudos depois de ficar tempo fora no ambiente escolar é o grande desafio que os educandos enfrentam.

A evasão escolar na EJA geralmente requer esforços de todos os atores e setores envolvidos no processo educacional dos jovens e adultos para diminuir a incidência e buscar compreender as nuances desse fenômeno, por meio da ressignificação empírica das práticas de uso da língua falada e escrita. (Barbosa, 2017, p. 30).

Essa mudança de perfil requer uma abordagem pedagógica mais flexível e adaptativa, considerando as diferentes necessidades de aprendizado e experiências de vida dos alunos, bem como das oportunidades únicas que essa diversidade etária pode trazer para o ambiente de aprendizagem.

Da mesma forma, entendemos ser necessário repensar também as práticas pedagógicas na EJA após a migração de adolescentes e de jovens, que formam um grupo heterogêneo de sujeitos que se juntam aos adultos e aos idosos nas salas de aula da EJA, distanciados por idades, por experiências e por perspectivas de vida muito distintas e singulares. (Filho, Cassol, Amorim; 2021, p. 724).

O modelo de ensino da educação de jovens e adultos, deve ser estruturado de forma flexível, considerando as demandas de jovens e adultos que precisam equilibrar os estudos com suas responsabilidades e compromissos. É essencial que a educação escolar esteja alinhada tanto ao contexto do trabalho quanto às práticas sociais, com conteúdos que reflitam e se relacionem com a realidade vivenciada pelos alunos. Agora com esse novo perfil de alunos, a EJA precisa atender os dois públicos sem ferir seu conceito inicial, os professores que antes esperavam encontrar em uma sala jovens e adultos, hoje se depara com adolescentes.

Em relação a prática docente perante ao cenário, a formação de professores para a ensino de EJA no seu formato inicial já é complexa, pois a precarização histórica da EJA e suas particularidades resultou em diversos desafios relacionados às políticas públicas, às práticas pedagógicas, ao exercício da docência e à formação, tanto inicial quanto continuada. Guidelli (1996), aponta o fato da educação

de jovens e adultos desde de seu início está relacionada à educação popular, acarretou na falta de um olhar político na EJA.

A educação de jovens e adultos foi vista no decorrer de sua história como uma modalidade de ensino que não requer, de seus professores, estudo e nem especialização, como um campo eminentemente ligado à boa vontade. Em razão disso, são raros os educadores capacitados na área. Na verdade, parece que continua arraigada a ideia de que qualquer pessoa que saiba ler e escrever pode ensinar jovens e adultos, pois ainda existem educadores leigos que trabalham nessa modalidade de ensino, assim como a ideia de qualquer professor é automaticamente um professor de jovens e adultos. Com esta falsa premissa não tem se levado em conta que para se desenvolver um ensino adequado a esta clientela exige-se formação inicial específica e geral consistente, assim como formação continuada. (Guidelli, 1996, p. 126).

A importância de acolher esse novo público sem comprometer o propósito original da EJA, atender aqueles que não tiveram a chance de concluir seus estudos na idade considerada adequada, devido a fatores sociais, econômicos, políticos e educacionais. Nesse sentido, entendemos que a juvenilização da educação de jovens e adultos, exige a sensibilização de todos os envolvidos no contexto escolar para repensar o planejamento educacional e as práticas pedagógicas, que frequentemente contribuem para a evasão escolar. Também é necessário refletir sobre as ações derivadas das políticas públicas, a visão social sobre a escola e suas práticas educativas, de modo que elas atendam às necessidades e expectativas de seus estudantes, especialmente os jovens.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O aumento contínuo de jovens nas instituições que oferecem a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um fenômeno que tem transformado significativamente o ambiente escolar. Estudos e pesquisas de diversos autores apontam para a crescente presença de jovens nessa modalidade de ensino, resultado de uma série de fatores que levam à transição dos alunos do ensino regular para a EJA. Entre esses fatores, destacam-se não apenas questões já mencionadas, como o insucesso escolar e os desafios socioeconômicos, mas também os aspectos pedagógicos e as dificuldades de identificação desses jovens com a estrutura e a dinâmica do ensino regular.

A EJA vai além de oferecer uma segunda chance educacional. Ela desempenha um papel crucial na inclusão social, na promoção da igualdade de oportunidades e no fortalecimento do desenvolvimento pessoal e profissional dos

estudantes. Para muitos jovens, essa modalidade representa a possibilidade de construir uma trajetória acadêmica e social mais alinhada às suas necessidades e vivências, ao mesmo tempo que contribui para reduzir desigualdades históricas no acesso à educação e ampliar a cidadania. A partir dessa perspectiva, torna-se essencial que as políticas educacionais e práticas pedagógicas sejam adaptadas para atender adequadamente a esse público em constante transformação.

É fundamental promover o sentimento de pertencimento dos adolescentes ao ambiente escolar, utilizando metodologias pedagógicas eficazes e implementando políticas públicas que incentivam sua permanência no ensino regular. Dessa forma, ao serem atendidos de maneira adequada à sua faixa etária no ensino regular, evita-se que migrem para a EJA.

Os principais desafios atuais residem em superar a grande dívida histórica do Brasil em relação à educação de jovens e adultos, assumindo o compromisso com a democratização do acesso ao ensino e a implementação de mecanismos que assegurem a educação como um direito, para além das leis, um direito humano. Isso implica em proporcionar a alfabetização e escolarização temporária, buscando efetivar os princípios e propósitos da EJA.

Além dos desafios iniciais da Educação de Jovens e Adultos, a juvenilização aparece como uma questão adicional, já que essa modalidade de ensino não foi originalmente planejada para atender adolescentes. O rejuvenescimento da EJA é uma realidade que vem crescendo com o passar dos anos. Esses estudantes jovens trazem consigo um histórico e um estereótipo imposto pela sociedade escolar, de ser um aluno “fracasso”, mas assim como os adultos presentes na EJA, eles têm suas próprias vivências que precisam ser consideradas.

## REFERÊNCIAS

2022. Disponível em:

<<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>>. Acesso em: 4 dezembro de 2024.

ARROYO, M. **Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?** [s.l.: s.n.]. Disponível em:

<<https://nedeja.uff.br/wp-content/uploads/sites/223/2020/05/Balano-da-EJA-MiguelArroyo.pdf>>. Acesso em: 30 de novembro de 2024.

ARROYO, M. G. **Da escola carente à escola possível**. 1986.

ARROYO, M. G. PEDAGOGIA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. **Trabalho & Educação**, v. 2, p. 61–67, 1997.

ARROYO, M. G. Passageiros da noite. [s.l.] **Editora Vozes Limitadas**, 2017.

ARROYO, M. G. **Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**, [s.d.]. (Nota técnica).

BRASIL. LEI No 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 5 dez. 2024.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, Rio de Janeiro, set./dez. 2003.

Educação de Jovens e Adultos – **Secretaria da Educação do Estado de São Paulo**. Disponível em:

<[https://www.educacao.sp.gov.br/landingpages/educacao-jovens-adultos/docs/Lista %>. Acesso em: 30 de novembro de 2024.](https://www.educacao.sp.gov.br/landingpages/educacao-jovens-adultos/docs/Lista%20de%20documentos%20educacionais%20para%20a%20EJA%20e%20PROEJA)

FARIA, J. A juvenilização dos alunos da EJA e do PROEJA. **Livros**, v. 1, p. 99–114, 1 jan. 2012.

FRANCHI, S.; GÜNTHER, M. C. C. Juvenilização da EJA: repercussões na Educação Física. **Motrivivência**, v. 30, n. 53, p. 209–225, 19 abr. 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 47. ed. **São Paulo: Paz e Terra**, 2013.

GUIDELLI, Rosangela Cristina. A prática pedagógica do professor do ensino básico de jovens e adultos : desacertos, tentativas, acertos.... São Carlos, 1996. 137 p. **Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de São Carlos**.

IBGE | Biblioteca | Detalhes | Educação 2022 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102002>>. Acesso em: 5 dez. 2024.

KERÉN TALITA SILVA MIRON CHRIS ROYES SCHARDOSIM. Juvenilização da EJA: possibilidades e desafios na escolarização. **EJA em debate**, p. 31–48, jan/jun 2021.

LIMA Filho, I. P. (2014). Culturas juvenis e agrupamentos na escola: entre adesões e conflitos. **Revista de Ciências Sociais: RCS**, 45(1), 103-118.

NETO, J. C. DA S.; ANDRADE, M. C. N. Os jovens e os adultos que fogem da escola. A escola que expulsa os jovens e os adultos: reflexões sobre o abandono na EJA. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, 1970.

PEREIRA, T. V.; OLIVEIRA, R. A. A. Juvenilização da EJA como efeito colateral das políticas de responsabilização. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. x, p. 1, 4 jun. 2018.

RAITZ, T. R.; PETTERS, L. C. F. Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. **Psicologia & sociedade**, v. 20, n. 3, p. 408–416, 2008.

RESENDE, A. C. C.; CASSAB, M. A CONSTRUÇÃO CURRICULAR DE UMA EDUCADORA DE CIÊNCIAS NA EJA: COMO A PRESENÇA DOS JOVENS AFETA A SUA PRÁTICA? **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências** (Belo Horizonte), v. 23, 2021.

Sistema IBGE de Recuperação Automática - **SIDRA**. Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=9&unidade=35026#/S/CD/A/27/T/3545>>.

Acesso em: 30 de novembro de 2024.

Sistema IBGE de Recuperação Automática - **SIDRA**. Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/territorio>>. Acesso em: 30 de novembro de 2024.

SOUZA FILHO, Alcides Alves de; CASSOL, Atenuza Pires; AMORIM, Antonio.

Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 112, p. 718-737, 2021.

VELIS, V. A. V. A EJA em Rio Claro e o direito à educação. **Crítica Educativa**, v. 3, n. 3, p. 42, 2018.